

GÊNERO E EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE ERECHIM/RS/BR: O QUE OS INDICADORES DE PESQUISA REVELAM?¹

Adriana Regina Sanceverino²
<https://orcid.org/0000-0002-7983-140X>

Graciela Regina Gritti Pauli³
<https://orcid.org/0000-0003-12369190>

Vania Maria Barboza⁴
<https://orcid.org/0000-0003-4304-1198>

RESUMO: Este artigo apresenta resultados de pesquisa *strictu sensu* em educação. Objetiva identificar o público alvo integrante da EJA em relação ao gênero buscando verificar indicadores que permitam compreender e problematizar a natureza desse fenômeno. Metodologicamente a investigação constitui a pesquisa documental (GIL, 1999) como um método de escolha e de verificação de dados. Trata-se de um estudo de natureza descritiva (GIL, 1999 e ANDRADE, 2002) e qualitativa que tem como campo empírico as séries finais da EJA nas escolas da rede estadual de ensino do município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os dados obtidos revelam que os homens são a maioria dos(as) estudantes nessa etapa da EJA. Fato local que se apresenta na contramão das pesquisas mais recentes que tratam do tema na EJA, uma vez que a literatura mais geral aponta ser, das mulheres, a maior participação nas matrículas na EJA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Gênero na EJA. Escolas Estaduais de Erechim/RS/Brasil

¹ Resulta de pesquisa *strictu sensu* em educação na UFFS/Campus Erechim/RS

² Doutora em Educação/Estágio Pós-Doutoral. Professora Adjunta Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus Erechim/RS/Brasil. adriana.sanceverino@uffs.edu.br

³ Mestranda em Educação Profissional. Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus/Erechim/RS/Brasil. gracielanovembro@gmail.com

⁴ Mestranda em Educação Profissional. Universidade Federal da Fronteira Sul/Campus/Erechim/RS/Brasil vania@uricer.edu.br

GENDER AND EDUCATION OF YOUNG AND ADULT PEOPLE IN THE STATE EDUCATION OF ERECHIM, RS, BRAZIL: WHAT DO THE RESEARCH INDICATORS REVEAL?

ABSTRACT: This article presents the results of a strictu sensu research in education. The objective is to identify the gender of the target audience of the Youth and Adult Education - YAE (EJA – Educação de Jovens e Adultos), seeking to verify indicators that allow to understand and problematize the nature of this phenomenon. Methodologically, the research constitutes the documentary research (GIL, 1999) as a method of selecting and verifying data. It is a study has descriptive (GIL, 1999 and ANDRADE, 2002) and qualitative nature and its empirical field is the final grades of the YAE in the state schools in the municipality of Erechim, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The data obtained reveal that the majority of the students in the final grades of YAE are male. This is a local fact that is contrary to the most recent research on the subject in the YAE, since the general literature indicates that most of the enrollments in the YAE are of females.

KEY WORDS: Youth and Adult Education. Gender in the YAE. State Schools of Erechim/RS/Brazil.

GÉNERO Y LA EDUCACIÓN DE PERSONAS JÓVENES Y ADULTAS EN LA EDUCACIÓN ESTATAL DE ERECHIM, RS, BRASIL: ¿QUÉ REVELAN LOS INDICADORES DE INVESTIGACIÓN?

RESUMEN: Este artículo presenta los resultados de investigación strictu sensu en educación. Su objetivo es identificar el alumnado de la Educación de Personas Jóvenes y Adultas - EPJA con respecto al género, buscando verificar indicadores que permitan comprender y problematizar la naturaleza de este fenómeno. Metodológicamente, la investigación constituye una investigación documental (GIL, 1999) como un método para elegir y verificar datos. Es un estudio de naturaleza descriptiva (GIL, 1999 y ANDRADE, 2002) y cualitativa que tiene como campo empírico los niveles finales de la EPJA en las escuelas estatales del municipio de Erechim, en Rio Grande do Sul, Brasil. Los datos obtenidos revelan que los hombres son la mayoría de los (las) estudiantes en estos niveles de la EPJA. Esto es un hecho local que se presenta en contra de la investigación más reciente que trata el tema en la EPJA, una vez que la literatura más

general señala que la mayoría de las inscripciones en la EPJA son de mujeres.

PALABRAS CLAVE: Educación de personas jóvenes y adultos. El género en la EPJA. Escuelas Estatales de Erechim/RS/Brasil

Introdução

O artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece, como sendo dever do Estado e da família, assegurar a todos os(as) cidadãos(ãs) o direito à educação, cabendo também à sociedade colaborar para promover e incentivar o ensino. A Constituição prevê, ainda, no artigo 206, inciso primeiro, que o ensino seja ministrado com base no princípio de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 2010).

Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), n. 9394-96 de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996), ficou reconhecido e assegurado o direito de pessoas jovens, adultas e idosas à educação. Assim, a atual LDBN garante o direito à educação de pessoas jovens e adultas destinadas àqueles(as) que não tiveram acesso ou a continuidade de estudo no ensino fundamental ou médio quando crianças, adolescentes e jovens. A EJA tem especificidades próprias e pode ser realizada na etapa do ensino fundamental por pessoas com 15 anos ou mais e na etapa do ensino médio por aquelas com 18 anos ou mais. Com esse corte de idade mínima baixo, a modalidade de educação de pessoas jovens e adultas (EJA) vem sendo bastante demandada.

Em 2017, 853 mil pessoas frequentavam a EJA do ensino fundamental e 811 mil no ensino médio segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação a 2016, o número no ensino fundamental cresceu 3,4% e na etapa do ensino médio, 10,6% (BRASIL, 2018).

Apesar da garantia legal de que a educação é direito de todos(as) e de que seu acesso deve ocorrer em igualdades de condições, as políticas de governo priorizam a universalização do ensino a crianças e a adolescentes, demonstrando que a oferta de educação para esse público ainda é incipiente, não efetivando este direito que teoricamente é de todos(as). (UNESCO/BRASIL, 2004)

Dessa forma, este artigo objetiva identificar e discutir a caracterização da EJA em relação ao público que ingressa nessa modalidade de ensino no contexto atual no que diz respeito ao gênero utilizando da revisão bibliográfica

e tendo como base os documentos oficiais norteadores da EJA e os dados disponibilizados pelo Censo Escolar, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

É importante destacar que este estudo não irá tratar de gênero no sentido de compreender os processos de produção de novas formas de subjetividade masculina e feminina, mas apenas levantar indicadores de gênero na perspectiva que identificar esse público em sua demanda local fazendo um cruzamento com os indicadores gerais do público da EJA no país. O que implica que se está distanciando dos tradicionais estereótipos de gênero, isto é, das matrizes hegemônicas de gênero ainda existente. Isso porque, no limite dessa reflexão, o foco se coloca apenas sobre a relação entre a representação local do quantitativo de gênero, como esses(as) sujeitos(as) se auto identificam em relação aos indicadores mais gerais difundidos pela literatura atual e outras fontes oficiais que os disponibilizam.

Nesses termos, destacam-se os resultados locais, nesta aferição, os quais resultam na contramão dos dados mais gerais do país e nos colocam o desafio de um maior aprofundamento sob as características da cultura populacional do contexto em que este estudo se pautou buscando compreender “os marcadores de gênero que culturalmente são perpetuados na sociedade.” (VIGANO; LAFFIN, 2017, p.12).

Nessa perspectiva, o propósito deste texto é refletir acerca da representatividade de gênero identificada nas matrículas dos(as) alunos(as) desta modalidade de ensino na cidade de Erechim, no estado do Rio Grande do Sul/BR, a fim de identificar indicadores que permitam compreender e problematizar a natureza desse fenômeno.

Contextualizando a EJA no Brasil

Em diferentes momentos, ao longo da história do Brasil, encontram-se referências de práticas educativas envolvendo sujeitos(as) adultos(as). No período colonial, a educação das pessoas adultas possuía mais um caráter religioso do que educacional. Era ministrado por jesuítas que, por um longo período, dominaram a educação no país com um modelo educativo voltado à propagação e à difusão do catolicismo entre as crianças e os adultos(as) indígenas, os filhos(as) de colonizadores(as) portugueses(as) e os mestiços(as) que frequentavam as escolas fundadas pelo padre Manuel da Nóbrega. (LEINEKER, 2009).

Com a expulsão dos jesuítas, em 1789, ocorreu uma desorganização do ensino no país e a educação de pessoas adultas entra em colapso. A partir de então, o Império passa a responsabilizar-se pela organização da educação no Brasil. (BEZERRA; BARRETO, 2014).

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, surgiu a necessidade de se formar trabalhadores(as) para atender a corte portuguesa, o que motivou a implantação de um processo de escolarização de adultos(as), para que servissem de serviçais à aristocracia da época e para que cumprissem as tarefas exigidas pela Coroa. (FRIEDRICH et al., 2010).

Paiva (2003) relata que o valor da educação para o povo começou a ser reconhecido quando a Revolução Industrial passou a exigir que um número maior de pessoas possuísse o domínio da leitura e da escrita.

No Brasil, a importância da educação surgiu atrelada à ideia de que seria capaz contribuir para o progresso da nação; contudo, até as primeiras décadas do século XX, foram poucos os momentos que ela foi levada em prática em forma de políticas de educação promovidas pelo Estado. (PAIVA, 2003).

Com a criação do Plano Nacional de Educação em 1934, o ensino primário integral obrigatório e gratuito passou a ser estendido à população adulta. Esse plano foi o primeiro na história da educação brasileira a prever um tratamento especial à educação de pessoas jovens e adultas (STRELHOW, 2010), especialmente por prever o direito das pessoas adultas de terem acesso ao ensino primário gratuito.

Em 1947, o Ministério da Educação e Saúde instalou o Serviço de Educação de Adultos (SEA), que tinha por objetivo a reorientação e coordenação geral das atividades dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e pessoas adultas não alfabetizadas. O SEA integrou-se a outros serviços já existentes na área da educação, produzindo e distribuindo material didático. Esse movimento em favor da educação de pessoas adultas estendeu-se até o final da década de 1950 sob a denominação de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), (HADDAD; DI PIERO, 2000).

Apesar dos esforços incipientes para erradicação do analfabetismo no Brasil em 1950, 55% da população brasileira com idade superior a 18 anos era analfabeta (ALMEIDA; CORSO, 2015). Com o intuito de reduzir esses índices, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), organizou mais duas campanhas de combate ao analfabetismo; uma em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural e outra, em 1958, denominada de Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Lamentavelmente, ambas não foram profícuas e pouco realizaram. (HADDAD; DI PIERO, 2000).

Segundo Nascimento (2011), a educação das pessoas jovens e adultas era uma reprodução da escola primária infantil, sendo uma forma preconceituosa de se conceber essa modalidade de educação. Por volta de 1958, com a realização do Congresso Nacional de Educação de EJA, as ideias pedagógicas de Paulo Freire passaram a ser difundidas, marcando um novo período na EJA. Referem-se Haddad e Di Piero (2000, p.113) que nesse período,

[...] as características próprias da educação de adultos passaram a ser reconhecidas, conduzindo à exigência de um tratamento específico nos planos pedagógico e didático. À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política.

A ruptura política, resultado do golpe militar de 1964, atingiu os movimentos de educação e cultura populares. Seus dirigentes foram perseguidos, presos e censurados, os materiais apreendidos, resultando no desmantelamento do Programa Nacional de Alfabetização (NASCIMENTO, 2011). Com isso, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas foi impactada e muitas das suas conquistas foram perdidas, dentre elas o movimento de educação popular, visto que contrariava os interesses de um governo autoritário.

Apesar do caráter repressivo característico do governo militar, a escolarização básica de sujeitos(as) jovens e adultos(as) não poderia ser abandonada pelo Estado, que concebia a EJA como um importante canal de mediação com a sociedade. Assim, atendia-se a um direito legítimo de cidadania mediante estratégias que iam ao encontro, também, dos interesses hegemônicos do modelo socioeconômico posto em prática pelo regime militar (HADDAD; DI PIERO, 2000). Dessa forma, em 15 de dezembro de 1967, a partir da promulgação da Lei nº 5.379, é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Segundo Viegas e Moraes (2017), o MOBRAL foi idealizado no governo do general Costa e Silva, contudo consolidou-se apenas em 1969 no governo Médici. Conforme essas autoras, houve explícito interesse e interferência do governo militar no setor educativo, sendo o MOBRAL a forma de garantir a manutenção de suas ideologias nesse território.

Um dos objetivos do MOBRAL foi a erradicação do analfabetismo no país, em um período de 10 anos. Segundo Haddad e Di Piero (2000), esse fora programa imposto, que contou com a participação de educadores, e que ren-

deu muitas críticas. No final da década de 1970, reformulou-se com o intuito de garantir sua permanência, surgindo um novo programa para o combate ao analfabetismo, o ensino supletivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/71 (BRASIL, 1971), regulamentou o ensino supletivo no Brasil “como proposta de reposição de escolaridade, o suprimento como aperfeiçoamento, a aprendizagem e qualificação sinalizando para a profissionalização.” (FRIEDRICH et al., 2010, p. 397). A partir de 1985, com a redemocratização do país, extinguiu-se o MOBREAL e em seu lugar passou a vigorar a Fundação EDUCAR, apresentando as mesmas características do MOBREAL, embora não tivesse o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Essa fundação passou a responsabilidade para os programas de alfabetização e pós-alfabetização dos municípios.

Em 1996, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), “uma emenda constitucional alterou, dentre outros, o artigo 208 da Constituição de 1988, que garantia a gratuidade e a obrigatoriedade na oferta do Ensino Fundamental aos(as) alunos(as) que não o cursaram quando na idade própria.”⁵ (VIEGAS; MORAES, 2017, p.468). Essa norma retirou do Estado a obrigação do oferecimento desse ensino, passando a ser de competência do governo apenas o comprometimento com a manutenção da gratuidade, conforme referido pelo autor.

Não obstante, todos os esforços feitos pelo Brasil, no campo da EJA, evidenciados nos princípios da Constituição Federal de 1988 na atual LDBN n. 9394-96 (BRASIL, 1996) e pela Resolução CEB/CNE nº 1/2000 o direito e a especificidade da educação das pessoas jovens, adultas e idosos a cobertura para atender a essa demanda populacional ainda é reduzida, se comparada ao número de pessoas que não possuem educação básica e a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades desses(as) sujeitos(as).

Metodologia e lócus de investigação

O principal caminho de concretização dessa investigação constitui a pesquisa documental (GIL, 1999) como um método de escolha e de verificação de dados, uma vez que se escolheram as planilhas de registros das matrículas

⁵ Idade própria consta no Art. 37 da LDB (Lei 9.394/96). Segundo Viegas e Moraes (2017), é uma expressão cristalizada para nortear legalmente a expectativa de faixa etária para cada nível de ensino (VIEGAS; MORAIS, 2017, p.468). Contudo os termos “idade própria” e/ou “idade certa” acabam por gerar preconceito contra aqueles(as) que ou não se alfabetizaram na chamada “idade certa” ou não tiveram sua trajetória escolar regular por diversos motivos. A literatura nesta área leva a afirmar que não existe idade certa para aprender, portanto é preciso romper com esse mito.

dos(as) estudantes das unidades escolares estudadas, apresentando-se os dados do total de estudantes da Educação de pessoas Jovens e Adultas do Ensino Fundamental e Médio da rede pública estadual do município de Erechim, estado do Rio Grande do Sul – região do alto Uruguai Gaúcho. Trata-se de um estudo de natureza descritiva (GIL, 1999) e abordagem qualitativa que tem como campo empírico as séries finais da EJA dessa instituição.

As escolas investigadas ofertam a Educação para Jovens e Adultos(as) em sua estrutura organizacional, de formação de turmas, denominadas Totalidades 3, 4, 5 e 6, que correspondem às séries finais do Ensino Fundamental e as Totalidades 7, 8 e 9 correspondentes ao Ensino Médio.

Os dados fornecidos pelas escolas foram agrupados por masculino e feminino que, neste estudo, é compreendido como uma expressão de gênero, em cada uma das totalidades, tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, conforme se apresenta a seguir.

Das três escolas que ofertam as Totalidades 3 a 6, duas são de Ensino Fundamental: a Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Santo Agostinho, com um total de 396 estudantes, sendo que 73 são da modalidade EJA e a EEEF Bela Vista, com um total de 303 estudantes, dos(as) quais 57 frequentam a EJA. A Escola Estadual de Educação Básica (EEEB) Dr. Sidney Guerra, escola de Ensino Médio, possui 470 estudantes, sendo 49 da EJA.

As Totalidades de Ensino Médio são ofertadas pelas escolas de Ensino Médio EEEB Irany Jaime Farina, com um total de 441 estudantes, destes(as) 106 da EJA. A Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Érico Veríssimo conta com 517 estudantes, dos(as) quais 121 da modalidade EJA e, por último, a EEEM João Germano Imlau, possui 1280 estudantes, destes(as), 146 são da EJA.

Resultados e análise

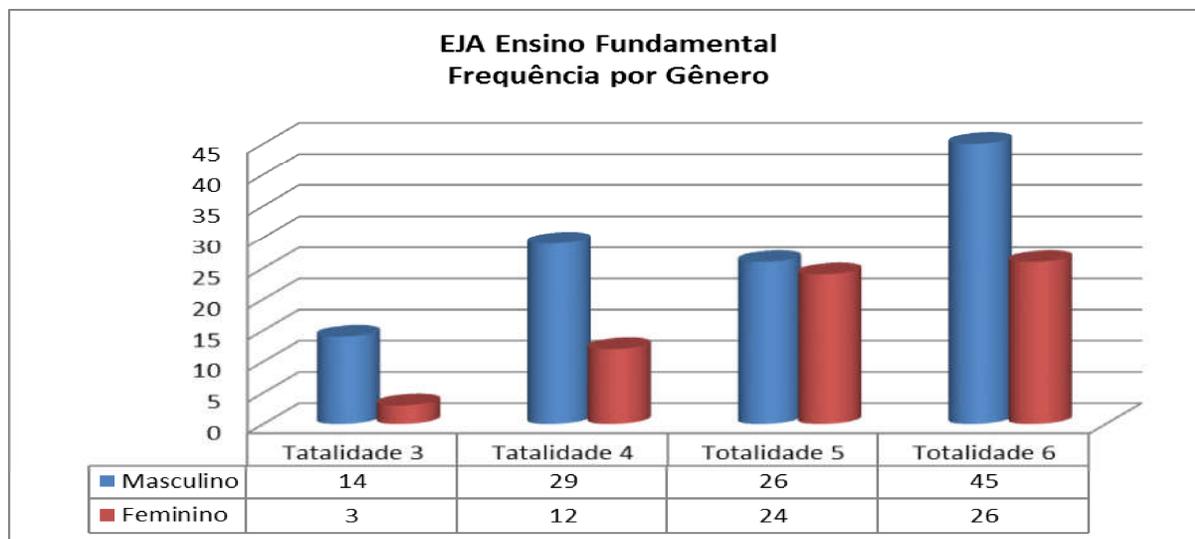
Os dados referentes à representação de gêneros na EJA, são apresentados, a seguir, de acordo com às Totalidades do Ensino Fundamental, na rede estadual do município de Erechim/RS.

Quadro 1: Estudantes da EJA - Ensino Fundamental de acordo com a expressão de gênero (masculino e feminino) na rede estadual no município de Erechim-jul/2018.

Totalidades	Totalidade 3		Totalidade 4		Totalidade 5		Totalidade 6		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
EEEF Santo Agostinho	0	0	14	7	13	13	18	8	45	28
EEEB Dr Sidney Guerra	5	2	7	2	5	7	13	8	30	19
EEEF Bela Vista	9	1	8	3	8	4	14	10	39	18
Total	14	3	29	12	26	24	45	26	114	65

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados fornecidos pelas escolas e 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

Cada escola possui uma turma de cada totalidade ofertada; duas das três escolas ofertam da totalidade 3 até a 6 e uma da totalidade 4 até a 6. Dessas, a escola Santo Agostinho está localizada na região central da cidade e as outras duas em bairros opostos ao centro da cidade. Em todas as escolas as turmas da EJA, no ensino fundamental, a quantidade de estudantes que se auto identificam como homens é maior do que a de estudantes mulheres. Do total desses, 63,7% são do gênero masculino. Quanto à idade, percebe-se nas escolas pesquisadas que correspondem dos 15 anos, idade mínima para ingresso nesta modalidade de educação, aos 63 anos. A representação dos indicadores de gênero é apresentada na figura 1 como segue.

Figura 1. Representação de Gênero do Ensino Fundamental da EJA

Fonte: Dados fornecidos pelas escolas e 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e gráficos produzidos pelas autoras.

Acerca do ensino médio, os dados do quadro, a seguir, expressam os indicadores de gênero nessa etapa de ensino na EJA na rede estadual de Erechim/RS.

Quadro 2: Estudantes da EJA - Ensino Médio de acordo com o gênero na rede estadual no município de Erechim- jul/2018.

Totalidades	Totalidade 7		Totalidade 8		Totalidade 9		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F
EEEM Irany Jaime Farina	20	21	10	11	19	25	49	57
EEEM Érico Veríssimo	22	21	19	21	16	22	57	64
EEEM João Germano Imlau	37	17	30	27	15	20	82	64
Total	79	59	59	59	50	67	188	185

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados fornecidos pelas escolas e 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

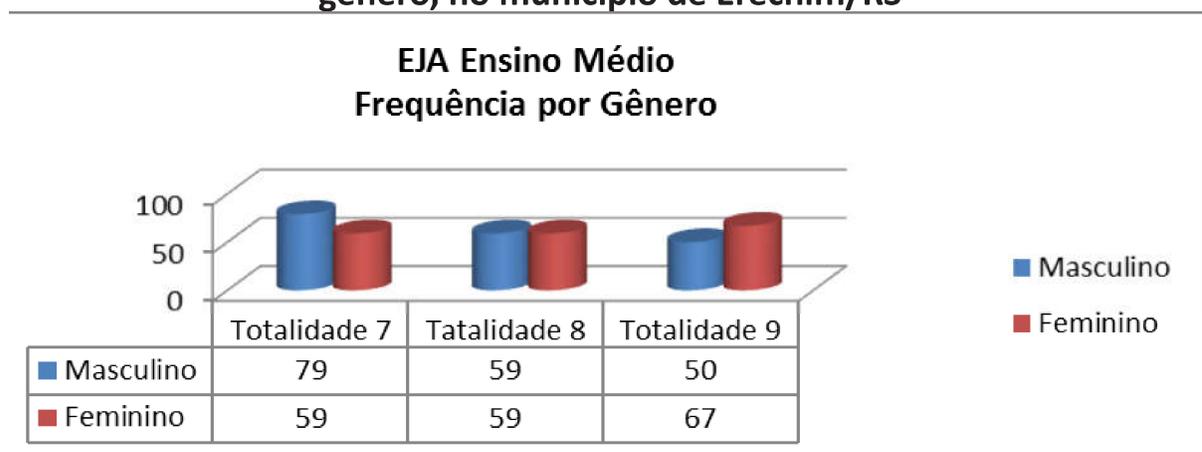
Em cada uma das escolas que ofertam o ensino médio, há a presença das três Totalidades com uma turma de cada uma delas. Na totalidade 7, é

maior o número de estudantes que se auto identificam como homens (Fig. 2), equiparado às mulheres na totalidade 8 e invertendo-se na totalidade 9. Embora haja pouca diferença, os(as) estudantes do gênero masculino são maioria também no ensino médio. Estes representam 50,4% do total.

A faixa etária dos(as) estudantes nessas Totalidades situa-se entre os 18 anos, a idade mínima para a modalidade aos 55 anos. Das três escolas, a João Germano Imlau está situada no centro da cidade e as outras duas em bairros, ao sul deste.

Observa-se, na Figura 2, que à medida que avançam as totalidades aumenta o número de estudantes do gênero feminino, em cada uma delas. Essas constituem maioria apenas em duas das seis escolas.

Figura 2: Representação da frequência da EJA do Ensino Médio, por gênero, no município de Erechim/RS



Fonte: Dados fornecidos pelas escolas e 15ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e gráficos produzidos pelas autoras.

Os resultados de um recorte educacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) feito pelo IBGE em 2007, no que se refere à análise por sexo, revelam que, do total daqueles(as) que frequentavam ou frequentaram anteriormente a Educação e à Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultos(as) (EJA), 53% eram mulheres e 47%, homens. Com relação ao rendimento, o maior percentual de pessoas que frequentavam EJA, na época da pesquisa, foi daquelas que estavam na faixa de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (3,0%) e as que não tinham rendimento (2,6%). A maioria dos que cursavam EJA era formada por pessoas que se declaravam pardas (47,2%), seguidas por brancas (41,2%), negras (10,5%) e de outra raça (1,1%).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revela, segundo o censo escolar de 2018, que as mulheres são maioria nos cursos profissionais da Educação Básica. Os dados mostram a predominância de mulheres em todas as faixas etárias, com exceção dos homens com mais de 60 anos. A maior diferença observada entre os sexos está na faixa de 40 a 49 anos, em que 60,7% das matrículas são de mulheres. Para o Censo Escolar, educação profissional engloba cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional articulado à EJA ou ao ensino médio ou cursos técnicos de nível médio nas formas articulada (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Pesquisadores no campo da EJA, no Brasil, também aferem esses dados estatísticos em suas investigações e identificam as mulheres como maioria dos(as) estudantes (ORO; WESCHENFELDER; STECANELA, 2010). Esse fato levou pesquisadores no país a considerar a importância de estudos acerca das diferenças e das desigualdades de gênero. Destacaram-se algumas pesquisas que tratam especificamente do gênero feminino na EJA, como os estudos de Narvaz; Sant'anna e Tesseler (2013) e Fernandes et al. (2016).

Há pesquisas que tratam das causas da evasão ou da exclusão da escola referentes ao ensino de crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) e dos motivos que levam a busca de escolarização na modalidade EJA. Essas pesquisas apontam que, para homens e mulheres, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, bem como as questões pedagógicas e pessoais são motivos para abandonar a escola. E para as mulheres, somam-se também a maternidade, o trabalho doméstico e as pressões dos maridos ou companheiros. Também, são em maior número os motivos que levam as mulheres a retornar para a escola. Para ambos, homens e mulheres, a busca de maior qualificação para o trabalho, autonomia pessoal e elevação da autoestima são razões que os impulsionam a buscar a formação na EJA. (NARVAZ; SANT'ANNA; TESSELER, 2013; FERNANDES et al., 2016).

Segundo dados do IBGE/PNADC (2016), 30,5% entre as mulheres os motivos para não estudarem foram o trabalho; 26,1% por terem que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idosos ou pessoa com necessidades especiais e 14,9% por não ter interesse. Destaca-se que a proporção de mulheres jovens que não estudavam para realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas era 32,6% vezes superior à dos homens envolvidos nessas atividades. Já entre os homens jovens que não estudavam, a razão mais frequente para não estarem na escola foi o fato de 50,5% estarem trabalhando. Além disso, 24,1% deles disseram que não tinham interesse e 8,2%, que já

tenham concluído o nível de estudo que desejavam.

Para as mulheres, a retomada dos estudos significa, também, a realização pessoal, a independência financeira (FERNANDES et al., 2016) e a liberdade de pensamento e ação por não aceitarem tratamento diferente ou inferior, em função de ser mulher.

Quanto aos dados dessa pesquisa, vão na contramão da literatura mais geral, uma vez que demonstram que estudantes que se auto identificam como homens, no Município de Erechim, são maioria nas séries finais da EJA.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), referente à participação por gênero na EJA, revelou que, em 2007, 53% eram mulheres e 47%, homens (BRASIL, 2009). A exclusão escolar do ensino de crianças e adolescentes, que ocorre por motivos pedagógicos, políticos, legais e estruturais de meninos é maior do que de meninas. (RODRIGUES, 2012, p.105). A constante falta de professores(as), as condições físicas e materiais das escolas bem como a diminuição da idade legal para ingresso nesta modalidade contribuem para tal. Assim, se os meninos representam a maioria que evade, também são maioria que retorna à escola.

Nessa sociedade, a escola como um dos aparelhos ideológicos de Estado, exerce o papel dominante, em relação aos demais aparelhos (a igreja, a família, o sistema político, o jurídico, o sindical, o de informação e o cultural) no processo de contribuir:

[...] para a reprodução das relações de exploração do sistema capitalista. Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o maternal, e desde o maternal lhes inculca, durante anos [...] os saberes contidos na ideologia dominante [...] ou simplesmente a ideologia dominante. Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra “na produção”: são os operários ou camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios cargos [...] pequenos e médios burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso [...] seja para fornecer os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua maioria são “leigos” convictos). (ALTHUSSER, 1985, p.78-79).

Os resultados apresentados pela literatura e por essa pesquisa apontam para essa escola: a dos que permanecem, concluem e, de maneira

geral, vão ocupar os espaços da sociedade, de menor exploração. A outra parte representa aqueles(as) que, a única opção é deixar a escola no meio do percurso e entrar no mundo do trabalho. Esses serão os mais expropriados e que ao visualizar, entre outros motivos, um retorno à escolarização como possibilidade de mudar essa condição, vão constituir os estudantes da EJA.

Para esses, “saídos” ou excluídos cedo da escola, o trabalho roubou, não apenas o tempo de aprendizado, mas também da infância ou da adolescência. Assim, a Educação de Pessoas Jovens e Adultas precisa desenvolver uma pedagogia que, segundo Losso (2010), reconheça as limitações culturais impostas pela expropriação econômica dos(as) estudantes e que a construção do conhecimento é coletiva, uma vez que não se limita ao cotidiano da vivência e da cultura destes(as) se quiser cumprir a sua função na construção do(a) sujeito(a) autônomo(a) consciente do seu papel histórico na sociedade.

Sendo assim, é necessário romper com a escola dual, de qualidade, para os segmentos mais abastados e por outro lado precarizada para a maioria da população que exclui do conhecimento os expropriados economicamente. É imprescindível realizar uma prática consciente da estrutura da sociedade que colabore, de forma efetiva, para dissociar a ideia da pobreza como resultante da baixa escolarização, que seja capaz de contribuir a fim de revelar que “a aparência e a essência dos fenômenos não são coincidentes” (MARX apud RUMMERT, 2008, p.177), mas originam-se dos problemas educacionais e sociais da população, uma vez que a escola é reflexo da sociedade e não o seu inverso.

Considerações finais

Ao delimitar este estudo, foi possível verificar que um mesmo fenômeno pode apresentar singularidades locais, haja vista que os dados levantados sobre a realidade da EJA na rede pública estadual na cidade de Erechim/RS, são divergentes dos apresentados pelos estudos e pesquisas analisadas, ao indicar que os homens são a maioria.

Esses resultados podem apontar possibilidades de pesquisas no sentido de determinar se estaria se estruturando uma nova realidade na composição do público da EJA ou se é apenas um dado isolado e localizado espacial e temporalmente que colocam o gênero masculino em maior número de ingresso na EJA.

É importante considerar que as masculinidades se perdem por meio das questões identitárias. A sociedade da forma como se constituiu dificultou muito também para os homens que tiveram que abandonar a escola para

trabalhar, para ajudar os pais, para contribuir com o sustento da família, para criar a própria família.

Direcionar o olhar para o gênero masculino revela que não são apenas as mulheres que passam por desafios na inserção e permanência na escolar, visto que também aos homens são colocados parâmetros e expectativas de comportamento. Os ideais de masculinidade não são totalmente explícitos, mas perpassam as crenças, as ideias e as representações do que é valorizado em cada contexto.

Entende-se que os resultados apontam a necessidade de pensar a educação de pessoas jovens e adultas inseridas em uma sociedade de classes, desigual e opressora nas suas relações econômicas e sociais.

Esse assunto, devido a sua complexidade, não se esgota nesta pesquisa, mas abre espaço a muitos questionamentos, que podem ser ponto de partida para outras pesquisas sobre a EJA em Erechim-RS. Um dado instigante que pode ter relação com o resultado da pesquisa é o fato de que, conforme afirmou Rodrigues (2012), o número de estudantes que abandonam os estudos na educação considerada regular, é maior no gênero masculino.

Referências

ALMEIDA, A.; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. *Anais... XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba-PR, PUCPR, 26 a 29 de outubro de 2015.

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Fiuza, 2010.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Aspectos complementares da Educação de jovens e adultos e educação profissional*. Brasília: IBGE, 2009.

BRASIL. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Educação 2017*. Brasília: IBGE 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em julh.2019.

BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*

ra. Brasília: INEP 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-profissional-e-nos-cursos-de-graduacao/21206. Acesso em fevereiro. 2019.

BEZERRA, V.; BARRETO, M.O. *Trajetória da educação de jovens e adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos*. **Cairu em Revista**. Ano 03, n.4, p.164-190, jul/ago 2014.

FERNANDES, C.L.; NASCIMENTO, P.H.L.; SILVA, W.T.A. OLIVEIRA, M.J.; FERREIRA, K.R.M. A inserção da mulher na modalidade EJA. *Anais... II Congresso Internacional de Educação Inclusiva*. Maceió-AL, 16 a 18 de novembro de 2016.

FRIEDRICH, M.; BENITE, A.M.C; BENITE, C.R.M.; PEREIRA, V.S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas da Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

LEINEKER, M.S.L. *EJA: diversidade e contexto histórico*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

LOSSO, A. R. S. *Relendo Paulo Freire na EJA: mediações cotidianas*. *Revista Da Educação Superior Do Senac DEZ./2010* v. 3, n. 2 ISSN 1984-2880.

NARVAZ, M.G.; SANT'ANNA, S.M.L.; TESSELER, F.A. Gênero e educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. *Diálogo*, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago. 2013.

NASCIMENTO, A. A educação de jovens e adultos no Brasil: a problemática da alfabetização no país. *Anais... X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba-PR, PUCPR, 07 a 10 de novembro de 2011.

ORO, A.; WESCHENFELDER, R.C.S.; STECANELA, N. Mulheres e EJA: o que elas buscam? *Anais... I Congresso de Iniciação Científica e Pós-Graduação*. Florianópolis, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA.

Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004.

Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004. Disponível em:< <http://>

www.publicações.inep.gov.br>. Acesso em: 07 dez. 2007

PAIVA, V. *História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.

RODRIGUES, D. J. F. A juvenilização dos alunos da EJA e do PROEJA. In: ARAÚJO, J.M.D.; VALDEZ, G.R.B. *PROEJA: refletindo o cotidiano*. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia, 2012.

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 175-208, jan./jun. 2008.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010.

VIEGAS, A. C. de C.; MORAES, M. C. S. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 1, p. 456-478, 2017.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. *EJA em debate*, v. Ano 5, p. 12-28, 2016.

Data de recebimento: 28.07.2019

Data de aceite: 17.12.2019